

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
PLANO DOS ESTUDOS	13
UM PRIMEIRO ESTUDO	17
A (NÃO) TRANSPOSIÇÃO DAS DIRECTIVAS CONTRATOS PÚBLICOS	19
§ 1. Nota introdutória	19
§ 2. A transposição dos critérios de adjudicação: a regra e a excepção	22
§ 3. Desafios em relação à concretização dos critérios qualitativos de adjudicação	26
ESTUDOS SOBRE O DIREITO EUROPEU E NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: A (NOVA) CONTRATAÇÃO PÚBLICA ESTRATÉGICA	31
DIRETIVAS CONTRATOS PÚBLICOS 2014 E (DIFICULDADES NA DEFINIÇÃO DE UM NOVO CONCEITO DE) PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA: DESEJANDO UM REGULAMENTO CONTRATOS PÚBLICOS	33
§ 0. Nota introdutória	33
§ 1. Europa 2020: os (novos) intentos da contratação pública	36
§ 2. Novas Diretivas e novo conceito de adjudicação	39
§ 3. Desafios globais	45
§ 4. Notas conclusivas: desejando um Regulamento Contratos Públicos	47
DAS MODAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, CÓDIGOS DE ÉTICA E PACTOS DE INTEGRIDADE: UM <i>MUST HAVE</i> CONTRA A CORRUPÇÃO	51
§ 0. Nota introdutória	51
§ 1. Breves tópicos sobre o <i>prêt-à-porter</i> da contratação pública: as tendências	54
§ 2. As práticas corruptivas e a necessidade de <i>la haute couture</i> na elaboração de medidas anticorrupção	57
§ 3. Códigos de Conduta e Pactos de Integridade: mais do que <i>fashion accessories</i>	59

CORRUPTION DANS LE DOMAINE DES MARCHÉS PUBLICS, CODES D'ÉTHIQUE ET PACTES D'INTÉGRITÉ: QUAND LE DROIT EST (IN)SUFFISANT	67
§ 1. Introduction	67
§ 2. Droit et éthique	69
§ 3. Pactes d'Intégrité	71
A INTEGRAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: PROPOSTAS	75
§ 0. Nota introdutória	75
§ 1. A contratação pública socialmente responsável	76
§ 2. <i>Modus operandi</i>	77
§ 3. Reflexão final	93
ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	95
PARCERIAS PARA A INOVAÇÃO E A ANTECIPAÇÃO DO FUTURO: BREVE ENSAIO	97
§ 0. Nota introdutória	97
§ 1. As Parcerias para a Inovação: justificação da sua existência	98
§ 2. As Parcerias no Código dos Contratos Públicos	109
§ 3. Desafios: alguns exemplos	112
DOS (NOVOS) PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: A ESCOLHA ESTRATÉGICA	117
§ 1. Nota introdutória	117
§ 2. Procedimentos pré-contratuais clássicos e novos: os que servem a compra estratégica	122
§ 3. O <i>iter</i> procedimental comum de formação dos contratos lido sob o signo da profissionalização da entidade adjudicante	127
§ 4. Notas conclusivas	134
ESTUDOS SOBRE A EXECUÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	137
PRESSUPOSTOS E LIMITES DA MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO EXISTENTE: VELHOS PROBLEMAS, NOVAS DIFICULDADES	139
§ 1. Contextualização	139

§ 2. A solução e as razões gizadas na Directiva 2014/24/UE	143
§ 3. As soluções nacionais: as antigas e as novas	147
§ 4. Nota final	151
EXECUÇÃO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS, VÍCIOS DE CONCEPÇÃO E VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO, PROBLEMAS DOS PROJECTOS E TRABALHOS COMPLEMENTARES: O NOVO REGIME APÓS 2017	153
§ 1. Introdução	153
§ 2. Antes da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto	155
§ 3. O regime actual de erros e omissões	159
REGIME SUBSTANTIVO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: NOVIDADE OU CONSEQUÊNCIA? ESTUDO RECENTE	161
§ 0. Introdução	161
§ 1. Novos aspetos do regime substantivo	164
§ 2. Em particular, o regime relativo à modificação objetiva do contrato	165
§ 3. O regime atual sobre introdução de alterações nos contratos durante a sua vigência	171
ESTUDOS SOBRE O CONTENCIOSO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	177
A DIRECTIVA (RECURSOS) 2007/66/CE: O REFORÇO DA EFECTIVIDADE DO CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL – <i>WHAT ELSE?</i>	179
0. Introdução	179
I. Propósitos iniciais da disciplina europeia em matéria de garantias no domínio da contratação pública	180
II. Propósitos mais recentes do direito europeu: alargamento ou intensificação?	193
DA NATUREZA JURÍDICA DO PRÉ-AVISO DE RESGATE E DA (IN)TEMPESTIVIDADE DA RESPECTIVA IMPUGNABILIDADE	203
§ 1. Proposição a partir da questão central	203
§ 2. Sequência lógica a seguir	204
§ 3. Conclusões	214

DO RESGATE, DA NATUREZA DAS CLÁUSULAS QUE FIXAM O «PREÇO DO RESGATE» E DO SEU CONTENCIOSO	217
§ 0. Consulta	217
§ 1. Sequência	218
§ 2. Da (in)impugnabilidade «do bloco normativo decidido» que fixa a fórmula de cálculo de indenização do resgate	225
§ 3. Conclusões	229
O CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL: BACK AND FORTHS	233
§ 0. Introdução	233
§ 1. Viajando para trás: desde a transposição da Diretiva Recursos à revisão do regime	234
§ 2. Voltando ao (quase) presente ou passado mais recente: o quadro normativo de 2015, o problema e as (não) soluções	239
§ 3. Regressando ao futuro: a solução de 2019	244
DOIS ÚLTIMOS ESTUDOS	247
AS REGRAS (E OS PRINCÍPIOS) DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM FINAIS DE 2020	249
§ 1. A importância dos princípios fundamentais em matéria de contratação pública	249
§ 2. A formação dos contratos públicos	251
§ 3. A execução dos contratos públicos	257
§ 4. <i>Quo vadis</i> : a tensão principiológica como terreno fértil à arbitragem?	269
A PROPOSTA DE LEI N.º 41/XIV: NOTAS SOBRE UMA (DESCONCERTANTE) REFORMA DO DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	275
§ 0. Introdução	275
§ 1. Principais linhas seguidas na Proposta de Lei n.º 41/XIV	276
§ 2. Algumas opções de estratégia contratual exclusivamente nacional	286
§ 3. Reforço de medidas de concretização de políticas secundárias	288
§ 4. Necessidades de capacitação profissional	291
§ 5. A prevenção de práticas corruptivas na contratação pública	295
§ 6. Nova alteração ao CPTA	297
§ 7. Nota conclusiva breve	300